PACO MUNICIPAL

AVENIDA LONDRINA, 523 - FONE 22-4665 - CX. POSTAL, 13

APROVADO EM 31,000 POR UMO MIMO BORGE

PIEPROJETO DE LEI nº77/85.

Súmula: - Dispõe sobre o Regime Tributário da Mi-

POR UNO EMO 7 106

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I CONCEITO DE MICROEMPRESA

- Art. 1º À microempresa é assegurado tratamento tributário simplificado e favorecido, nos termos da presente Lei.
- Art. 2º Consideram-se microempresas as pessoas jurídicas e as pessoas ou firmas individuais que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor nominal de 200 (duzentas) Obriga ções Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), apurada com base no valor desses títulos no mês de janeiro de cada exercício financeiro.
 - § 1º Para efeito da apuração de receita bruta anual, será considerado o período de 1º de jameiro a 31 de dezembro.
 - § 2º No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta, se rá calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro.
- Art. 3º Não se inClui no regime desta Lei a empresa:
 - I em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou ainda exterior;
 - II Que participe do capital de outra pessoa jurídica, exce to os investimentos provenientes de incentivos fiscais;
 - pem com mais de cinco por cento (5%) do capital de outra pessoa jurídica, salvo se a receita bruta global das empresas não ultrapassar o limite referido no Art.
 - V Conceituada como instituição financeira;

-

6



PACO MUNICIPAL

AVENIDA LONDRINA, 523 - FONE 22-4665 - CX. POSTAL, 13 CEP 86 985 - ESTADO DO PARANÁ

Fls. 2

V - enquadrada no regime do § 3º do Art. 9º do do Decretolei Federal nº 406/68, de 31 de dezembro de 1968.

CAPITULO II

REGISTRO ESPECIAL

- Art. 4º O registro da microempresa será feito no departamento da receita e realizado mediante simples declaração, da qual constarão:
 - I o nome e a identificação da empresa individual ou da pessoa jurídica e de seus sócios;
 - II indicação de arquivamento dos atos constitutivos da so ciedade;
 - III a declaração do titular ou de todos os sócios de que o volume da receita anual não excedeu no ano anterior, o limite fixado no Art. 2º,e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relaciona das no Art. 3º desta Lei.
- Parágrafo Único Em se tratando de empresa nova, não haverá exigência da declaração referida no inciso III deste artigo, relativamente à receita bruta anual.
- Art. 5º A empresa que, a qualquer tempo, deixar de preencher os requisitos postos nesta Lei pafa seu enquadramento como microempresa, deverá comunicar o fato ao órgão fazendário, para o cancelamento de seu registro, no prazo de trinta (30) dias da respectiva ocorrência.
- Art. 6º Os requerimentos e comunicações previstos neste Capitulo, poderão ser encaminhados por via postal.

CAPÍTULO III

REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 7º - O regime tributário aplicável à microempresa obedecerá as seguintes normas:

I - ISENÇÃO:

a - Do imposto sobre serviços;

b- das taxas de expediente, relativamente ao alvara, loca lização, verificação de funcionamento e publicidade.

LEI DE CRIAÇÃO DO MUNICIPIO - N.o 7502 DE 14/10/81 as f1s. 03



PACO MUNICIPAL

AVENIDA LONDRINA, 523 - FONE 22-4665 - CX. POSTAL, 13 CEP 86.985 - ESTADO DO PARANÁ

Fls. 03

II - DISPENSA:

- a da escrituração contábil perante a Fazenda Municipal' e do livro de prestação de serviços;
- b da condição de respeonsável pela retenção na fonte, do imposto sobre serviços de terceiros;
- c da fiscalização no estabelecimento, salvo em sistema'
- especial por determinação do Titular da Fazenda Municipal.
- III obrigatoriedade da emissão de nota fiscal de serviços com opção por nota fiscal simplificada, aprovada em regulamento, cuja segunda via ficará arquivada no estabelecimento.
- X IV A aplicação das multas formais, serão mantidas de acordo com a legislação pertinente.
- Parágrafo Único A isenção prevista no inciso I, letra "b", deste 'artigo, estende-se aos estabelecimentos comerciais e indus triais, classificados pelo Estado, para efeito do imposto sobre circulação de mercadorias, na categoria especial de contribuintes de pequeno porte, observado o introducion fixado no artigo 2º.

CAPÍTULO IV

PENALIDADES

- Art. 8º A pessoa jurídica e a empresa ou firma individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, registre-se ou mantenha-se registrada como microempresa, estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:
 - I cancelamento de oficio do seu registro de microempresa
 - II pagamento do imposto sobre serviços e taxas isentes, acrescidos de juros moratórios e correção monetária, contados desde a data em que tais tributos deveriam ter sido pagos até a data de seu efetivo pagamento;
 - III multa equivalente a cem por cento (100%) do valor atua lizado do tributo devido, em caso de dolo, fraude ou similação e, especialmente nos casos de falsidade das declarações ou informações.

as fls. 04



PACO MUNICIPAL

AVENIDA LONDRINA, 523 - FONE 22-4665 - CX. POSTAL, 13 CEP 86.985 - ESTADO DO PARANÁ

fls. 04

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- Art. 9º É assegurado à microempresa o direito de continuar no regime normal de tributação, quando então não se lhe aplicarão as normas desta Lei.
- Art. 10º- Aplicam-se, no que couber, à matéria tratada nesta Lei as disposições da Lei Municipal nº 077/83 de 01 de dezembro de 1983.
- Art. 11º- A implantação de regime previsto nesta Lei far-se-á decorridos sessenta (60) dias da publicação desta Lei.
- Art. 12º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo#
 gadas as disposições em contrário.

PACO MUNICIPAL, 30 de abril de 1985.

- JULIO BIFON Prefeito Municipal

